

bem como os balanços e as contas relativos ao exercício de 1994, proponho que seja exarado em acta:

Um voto de louvor ao conselho de administração pela competência manifestada no exercício das suas funções;

Um voto de louvor ao conselho fiscal pelo cuidado que dispensou à fiscalização da empresa, zelando pelo respeito pela lei e pelos estatutos.

Após votação, foi esta proposta aprovada por unanimidade dos votos presentes e expressos.

Passou-se finalmente ao ponto 5.º da ordem de trabalhos tendo sido aprovada por unanimidade dos votos presentes e expressos a eleição dos órgãos sociais conforme constam da proposta apresentada pela accionista Maria Paula de Carvalho Correia dos Santos, representada nesta assembleia por Joaquim Alberto Correia dos Santos, que se transcreve:

Proponho que para o próximo quadriénio 1995-1998 sejam eleitos os seguintes órgãos sociais:

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Carlos Manuel da Costa Assumpção Monteiro.

Secretárias:

Joana Maria Soares Correia da Silva Petiz.

Maria Manuela Correia da Silva Bártole Ferraz.

Conselho de administração:

Presidente: Joaquim Alberto Correia dos Santos.

Vogais:

Isabel Maria Barroso Soares Correia.

Carlos Manuel Correia da Silva Bártole.

Suplente: Maria Adelaide de Oliveira Barrosa.

Conselho fiscal:

Presidente: Fernando António Brochado Coelho.

Vogal: José Carlos Cunha Barros.

Revisor oficial de contas: António Afonso da Silva Carvalho.

Revisor oficial de contas suplente: José Alberto Gomes Neto.

Comissão de vencimentos:

Carlos Manuel da Costa Assumpção Monteiro.

Luís Miguel Bártole Ferraz.

Maria Paula de Carvalho Correia dos Santos.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão às 19 horas e 30 minutos e lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos membros da mesa da assembleia geral em sinal de conformidade.

(Sem assinaturas.)

3000217945

PORTO — 2.ª SECÇÃO

PÚBLICO — COMUNICAÇÃO SOCIAL, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto (2.ª Secção). Matrícula n.º 46 051/891227; identificação de pessoa colectiva n.º 502265094; inscrição n.º 24; número e data da apresentação: 12/22 de Abril de 1996; pasta n.º 778.

Maria Lopes de Oliveira, ajudante da Conservatória do Registo Comercial do Porto (2.ª Secção):

Certifica que foram apresentados os documentos da prestação de contas do ano de exercício de 1995, da sociedade em epígrafe.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto (2.ª Secção), 12 de Junho de 1996. — A Ajudante, *Maria Lopes de Oliveira*.

Relatório e contas de 1995

Relatório do conselho geral

Nos termos do artigo 441.º das Sociedades Anónimas e do estatuto social da Público — Comunicação Social, S. A., cumpre-nos apre-

sentar o relatório deste conselho geral referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1995.

Nos termos legais e estatutários, o conselho geral acompanhou a actividade desenvolvida pela sociedade, quer em sessões plenárias, quer através das suas comissões.

O relatório e contas apresentados pela direcção reflectem adequadamente a posição da Público — Comunicação Social, S. A., e do jornal que produz, reconhecido como segura referência na formação de opinião.

Tendo presente o teor da certificação legal de contas, as informações recebidas da direcção e as análises a que procedeu, o conselho geral deliberou por unanimidade:

a) Aprovar sem reservas o relatório e contas, tal como apresentados pela direcção;

b) Apoiar a proposta da direcção de fazer transitar os resultados para a conta de resultados transitados.

A actividade da empresa foi profundamente afectada pela conjuntura desfavorável em que desenvolveu a actividade, mau grado a dimensão dos resultados negativos deva conduzir a uma profunda alteração do modelo industrial que tem vindo a ser adoptado, já que há problemas estruturais, do ponto de vista dos custos de produção que devem ser equacionados.

O conselho geral frisa que a Lisgráfica moveu uma segunda acção em tribunal contra a Público reclamando uma indemnização de 1 400 000 contos, por lucros cessantes decorrentes da citada resolução.

O conselho geral regista as alterações ocorridas na composição da direcção, agradecendo o contributo dos directores cessantes Dr. Nuno Vitorino, Jorge Wemans, Joaquim Fidalgo e deseja que o novo presidente da direcção em conjugação com os demais directores imprimam uma nova dinâmica empresarial que crie um genuíno ambiente de mudança e felicita os trabalhadores da sociedade pelo seu contributo para a valorização da empresa e do jornal.

Porto, 1 de Março de 1996. — O Conselho Geral: *António Carlos Vaz Pinto de Sousa*, presidente — *André Roberto Delauney Gonçalves Pereira* — *Hernâni Olimpio Carqueja* — *Rui Manuel Campos Guimarães* — *Javier Diez de Polanco* — *Sérgio Cellini* — *Miguel Satrustegui*.

Relatório da direcção

Nos termos da legislação e no cumprimento do estipulado estatutariamente, submetemos à apreciação do conselho geral o relatório de gestão e as contas, relativos ao ano de 1995, da Público — Comunicação Social, S. A.

1 — Introdução

1.1 — Enquadramento económico

Contrariando as perspectivas inicialmente avançadas, a retoma da economia portuguesa, em 1995, processou-se a um ritmo bastante mais lento do que previsto.

O crescimento do produto interno situou-se nos 2,6%, a baixo, portanto, da média da União Europeia. Foi particularmente evidente a moderação do consumo privado, resultado duma estagnação do poder de compra e de compreensíveis expectativas negativas, relativas à evolução do emprego.

Pode mesmo acrescentar-se que, do lado da procura, os impactos positivos se fizeram sentir, praticamente e apenas, sobre os sectores com uma componente fortemente exportadora e o crescimento do investimento esteve, no essencial, relacionado com a necessidade de reforço das capacidades produtivas, no sector exportador e com o acréscimo da despesa pública.

A política económica, em Portugal, manteve-se subordinada ao cumprimento das metas de convergência nominal com os restantes países da União Europeia.

Em consequência, foi prioritária a estabilidade do câmbio nominal, como forma de assegurar a contenção da inflação, que se terá situado na zona dos 4%, contra os 5,2% de 1994. Em simultâneo, as taxas de juro reais terão conhecido um decréscimo de cerca de 1%, claramente insuficiente para induzir, só por si, uma reanimação do investimento privado.

Em consequência, acentuaram-se, de facto, as pressões sobre o desemprego, cujos níveis atingiram os 7,3%, no final do ano.

Uma conjuntura que, globalmente, poderá ser considerada de grande contenção e que, consequentemente, teve efeitos directos sobre o sector de actividade do *Público* e sobre o comportamento dos seus públicos.

1.2 — A evolução do sector e o caso do Público

Relativamente ao sector da comunicação social, em geral, a conjuntura económica do país reflectiu-se, numa forma praticamente directa, com particular incidência a dois níveis:

Na publicidade, cujo investimento global registou um acréscimo inferior ao do ano anterior, reflectindo directamente os efeitos do crescimento ténue da economia;

Na circulação da imprensa escrita que, de uma maneira geral, registou um recuo generalizado, reflexo das restrições sentidas sobre o poder de compra dos consumidores, mas também consequência duma menor apetência, em geral, pela leitura de jornais e pelo efeito de uma concorrência acentuada, nomeadamente por parte das televisões.

No âmbito da publicidade, tal como evidenciado, (quadro 1 anexo), acentuou-se o peso relativo da publicidade televisiva, em relação aos restantes meios, nomeadamente a imprensa escrita.

No caso específico do *Público*, quando analisada a sua posição relativa, no contexto da imprensa escrita, verifica-se que, em 1995, o aumento global das receitas de publicidade no jornal, correspondeu um crescimento do investimento, feito pelos anunciantes no *Público*, na ordem dos 4,5%, em relação ao ano transacto.

A este comportamento corresponderam quotas de mercado, no investimento publicitário, que permitem concluir, claramente, do reforço da posição de liderança do Público, no conjunto dos semanários e diários, no que diz respeito a publicidade valorizada, ao mesmo tempo que um relançamento decisivo do sector de anúncios classificados, programado e desenvolvido, a partir de Setembro, permitiu ocupar, nesta área, um espaço com alguma expressão significativa (quadro 2). Haverá contudo a salientar, ainda no que ao mercado da publicidade diz respeito, que o crescimento do investimento global, com a distribuição claramente vantajosa em favor das televisões, obrigou os meios da imprensa escrita a enveredarem por uma política fortemente competitiva, em termos de preços, com inclusão de significativos descontos e outro tipo de incentivos, visando estancar o desvio dos anunciantes, em direcção a outros suportes, com inevitáveis deteriorações das margens líquidas nas respectivas operações.

Relativamente aos aspectos relacionados com as audiências e venda dos jornais, praticamente todos os títulos da imprensa portuguesa registaram uma quebra nas respectivas audiências, com raras excepções, verificando-se, no caso do *Público*, um início de inversão dessa tendência, persistente desde Setembro de 1994, a partir do 3.º trimestre de 1995 (quadro 3)

1.3 — Exploração

Em consequência do comportamento descrito dos mercados da publicidade e das audiências, as tiragens do *Público* tiveram necessariamente uma evolução reflexa, com uma quebra de 6%, situando-se, em média, o número de jornais vendidos, em 1995, próximo dos 54 000 exemplares.

Para a exploração do ano de 1995 correspondeu, igualmente, de forma muito penalizante, o comportamento desfavorável dos factores de produção, nomeadamente dos gastos com papel que, no caso do *Público*, subiram 37,8%.

Contribuição também desfavorável resultou das operações de distribuição, cuja produtividade, medida em número de jornais não vendidos, sofreu em relação ao ano transacto, uma deterioração de 1,6 pontos percentuais.

Da conjugação destes factores — menores vendas de jornal, deterioração das margens na publicidade, agravamento significativo do preço do papel, perda de alguma competitividade em matéria de distribuição — aos quais a estrutura interna teve alguma dificuldade em reagir de imediato, nomeadamente, por exemplo, através da diminuição do número de páginas das edições diárias, o que na realidade não se verificou, resultou uma exploração deficitária, em 1995, relativamente à qual, ao longo do último trimestre do ano, foram dados alguns passos, no sentido de inverter a situação, tendencialmente ao longo do próximo ano.

2 — Política social

Ao longo de 1995, a direcção da empresa procurou investir no reforço e valorização dos seus quadros, na certeza de que estes constituem o principal património da empresa e de que, da sua motivação e qualidade, depende um produto final que, pelas suas características, é objecto de avaliação permanente e quotidiana por parte dos leitores.

Nesta perspectiva, os accionistas procederam, em conformidade com a vontade expressa da direcção da empresa e da sua direcção

editorial, à redução do número de elementos do primeiro daqueles órgãos, de cinco para três, libertando daquelas funções membros da direcção editorial, ao mesmo tempo que se pretendeu, por esta via, reforçar através dum contributo mais direccionado daqueles elementos as tarefas de edição e coordenação quotidiana do jornal.

Procurou-se, igualmente, reforçar as capacidades da empresa em áreas tão importantes como as das operações comerciais e de distribuição, ao mesmo tempo que se mantiveram os princípios de renovação e reforço permanente das capacidades editoriais do jornal, através de uma política de recrutamento atenta às realidades do mercado.

3 — Situação financeira

A evolução do conjunto de variáveis anteriormente referidas, conduziu, inevitavelmente, a uma deterioração da situação financeira da empresa, que se traduziu numa inversão da evolução positiva dos resultados. De referir que, apesar dos resultados negativos verificados, a empresa continuou a gerar um *cash flow* positivo e a assegurar um *ratio* de autonomia financeira igualmente positivo.

Os resultados verificados vêm naturalmente afectados pela incidência extraordinária, decorrente do desfecho da acção movida pela Lisgráfica e de que decorreu a fixação, por parte do tribunal, do montante a liquidar à requerente por parte do *Público*.

Há ainda a assinalar que o custo efectivo, correspondente ao pagamento de prémios não provisionados no ano transacto, conforme referido no relatório de gestão anterior, o que torna a evolução verificada nos resultados de 1995 menos desfavorável, relativamente a 1994.

4 — Evolução previsível

A evolução observada, ao longo do ano de 1995, mereceu e foi objecto de uma reflexão ponderada, que permitiu concluir sobre a necessidade de adopção de um conjunto de medidas, de incidência no curto e médio prazo, visando no essencial, inverter a evolução verificada nos resultados de exploração de 1995 e assegurar o equilíbrio estrutural da empresa, no plano económico e financeiro. De facto, pode afirmar-se com segurança que, ao completar praticamente seis anos de vida, o Público alcançou e tem vindo a consolidar o primeiro e o essencial dos seus objectivos, como projecto inovador, na área da comunicação social, em Portugal, ou seja implantar-se como diário de expansão nacional e assegurar a liderança inquestionável como jornal de referência, primeiro nas audiências entre os extractos de padrão sócio-cultural mais exigente.

Atingido esse objectivo, que os indicadores de audiência evidenciam singularmente (quadro 4) e ganho, em conformidade, um estatuto de meio preferencial, enquanto suporte para a publicidade valorizada, no conjunto da imprensa escrita nacional, ao *Público* coloca-se agora o grande objectivo estratégico de se tornar, igualmente, uma empresa económica e financeiramente equilibrada.

Tal objectivo, presente desde o início no projecto do *Público*, tem sofrido um desvio, para o qual a conjuntura particularmente desfavorável relativa à actividade da imprensa escrita no ano de 1995 naturalmente contribuiu, mas que tudo indica poderá vir a ser seguramente recuperado, ao longo de 1996. De facto, o *Público* contém intrinsecamente, como empresa e como jornal, um potencial mais do que suficiente para assegurar o cumprimento de tal objectivo, sem condicionantes visíveis tidas por inultrapassáveis. O seu posicionamento, em matéria de vendas e audiência, a atitude dos grandes clientes e anunciantes, aliados a uma evidente capacidade autoregeneradora da própria empresa e daqueles que a integram, são garantia efectiva de sucesso no cumprimento do objectivo de equilíbrio estrutural.

Para 1996, pese embora não se preveja um ano de relançamento significativo da economia, o *Público* irá introduzir as mudanças conceptuais, no plano editorial, que contribuem para consolidar e alargar um certo tipo de liderança, em matéria de audiências. No plano comercial, a empresa vai aplicar e desenvolver um plano ambicioso de *marketing*, visando no essencial ganhar visibilidade para o *Público* e todos os projectos que lhe estão associados, apoiar novos produtos editoriais e, sobretudo, assegurar um suporte activo à venda da edição diária do jornal.

Paralelamente, a empresa irá prosseguir, em 1996, uma política efectiva de correcção de alguns desequilíbrios, no domínio da sua estrutura de custos, com particular incidência na adequação do modelo industrial, que induza ao adequado equilíbrio entre o tipo de jornal que quotidianamente se produz, o mercado a que o mesmo se destina e o peso relativo dos factores e produção associados à sua feitura.

Este exercício, que será prosseguido com a determinação e o vigor que as circunstâncias determinam, deverá naturalmente ser assumido

como uma atitude que é de toda a empresa e de todos quantos com ela se relacionam — accionistas, gestão, trabalhadores e colaboradores — na medida exacta que está em causa dar corpo e consistência à etapa derradeira de consolidação do projecto de grande jornal nacional que é o do *Público*.

5 — Resultados

Conforme consta da demonstração dos resultados e do balanço anexo, os resultados líquidos do exercício foram negativos, no montante de 683 048 milhares de escudos, dos quais 272 911 milhares de escudos correspondem a uma provisão, correspondente a capital e juros, constituída enquanto resultado extraordinário do ano e decorrente do desfecho do processo de contencioso mantido em aberto, desde 1992, com a Lisgráfica e que foi objecto de sentença judicial em Dezembro de 1995.

Nos termos legais e estatutários, a direcção propõe ao conselho geral que os resultados apurados passem para resultados transitados.

6 — Acções judiciais

Como já referido anteriormente, foi conhecido o teor da sentença do tribunal, relativo ao processo movido pela Lisgráfica — Imprensa e Artes Gráficas, S. A., e fixado o valor da dívida, do montante global reclamado pela requerente, que o *Público* deverá eventualmente liquidar.

O *Público* decidiu interpor recurso da sentença, por considerar que não foram integralmente contemplados argumentos em favor da razão que entende assistir-lhe, pese embora o valor fixado para pagamento à Lisgráfica ser inferior, em mais de 5%, ao requerido judicialmente por esta.

Em 1995, a Lisgráfica — Imprensa e Artes Gráficas, S. A., interpôs novo processo contra o *Público* por suposta resolução sem justa causa do contrato que ligou as partes no passado. Depois de citado, o *Público* apresentou a correspondente contestação e entendeu exercer a faculdade de reconversão no referido processo, por continuar a considerar que lhe assiste a razão em factos que não surgem reflectidos no teor da sentença do primeiro processo e que foram novamente aduzidos, sob a forma de enxertos, neste segundo processo.

No âmbito da sua actividade editorial, foram instaurados contra a empresa diversos processos por abuso de liberdade de imprensa.

A direcção está convicta de que as decisões dos tribunais irão salvaguardar os nossos interesses, na generalidade dos processos.

7 — Conclusão

Importa, finalmente, reconhecer e agradecer o apoio demonstrado pelos nossos accionistas, nomeadamente através do apoio permanente e consequente do conselho geral, bem como a colaboração prestada por fornecedores e instituições financeiras com quem, preferencialmente, nos relacionamos.

Por fim, uma palavra de agradecimento, para todos os trabalhadores e colaboradores do *Público*, pelo entusiasmo e dedicação que continuaram a revelar, na concretização deste projecto.

A última palavra é de reconhecimento pela opção de todos os destinatários prioritários do nosso trabalho, ou sejam, os leitores, que ao longo de 1995 continuaram ou passaram a fazer do *Público* o seu diário.

Porto, 29 de Janeiro de 1996. — A Direcção: *Luís Filipe de Medeiros Cravo Ribeiro*, presidente — *José Manuel Marquitos Abreu Ferreira*, vogal — *Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva*, vogal.

Anexo ao relatório da direcção

Quadro 1 — Evolução do investimento publicitário total

	(Em milhões de contos)		
	1993	1994	1995
TV	53,5	69,2	79,6
Imprensa	32,7	34,9	40,7
Rádio	7,5	7,0	10,4
<i>Total</i>	93,7	111,1	130,7

Fonte. — Marktest — Bareme.

Quadro 2 — Quotas de mercado do investimento publicitário

	(Em percentagem)			
	1993	1994	1995	Varição (percent.) 1995-1994
Sem classificados:				
Quota de mercado nos diários:				
Marktest-Publitéx	29,9	31,7	33,2	+ 4,7
Sabatina (Jan-Set)	32,9	34,4	34,4	—
Quota de mercado nos diários + semanários:				
Marktest-Publitéx	20,5	22,7	22,9	+ 0,9
Sabatina (Jan-Set)	20,5	23,6	22,9	— 3,0
Com classificados:				
Quota de mercado nos diários:				
Marktest-Publitéx	24,0	24,6	25,5	+ 3,7
Quota de mercado nos diários + semanários:				
Marktest-Publitéx	18,0	19,2	19,2	—

Fonte. — Marktest-Publitéx e Sabatina.

Nota. — O investimento publicitário é avaliado através da medição física do espaço ocupado, valorizado pelas tabelas de publicidade.

Quadro 3 — Audiência média trimestral dos principais diários

	(Em percentagem)				
	Ano	Jan-Mar	Abr-Jun	Jul-Set	Out-Dez
Diários:					
<i>Público</i>	1993	5,0	5,3	5,7	5,6
	1994	7,2	6,8	7,0	7,2
	1995	5,9	5,4	6,0	—

(Em percentagem)

	Ano	Jan-Mar	Abr-Jun	Jul-Set	Out-Dez
<i>Correio da Manhã</i>	1993	6,2	6,8	8,7	7,6
	1994	7,5	7,1	9,0	8,3
	1995	7,1	6,5	6,8	—
<i>Jornal de Notícias</i>	1993	5,8	6,1	6,0	5,5
	1994	6,4	6,7	7,3	6,5
	1995	7,2	6,6	7,0	—
<i>Diário de Notícias</i>	1993	2,8	2,8	3,6	2,9
	1994	4,0	3,5	3,7	4,0
	1995	3,7	3,3	3,6	—
Revistas de diários:					
<i>Público Magazine</i>	1993	4,6	5,1	5,2	5,7
	1994	7,4	7,9	6,9	7,6
	1995	6,1	5,5	5,3	—
<i>Notícias Magazine</i>	1993	—	7,6	6,5	7,2
	1994	8,1	8,5	8,8	7,5
	1995	8,2	7,2	8,1	—
<i>Revista Correio da Manhã</i>	1993	7,0	7,4	7,7	7,5
	1994	7,5	7,7	9,2	7,8
	1995	6,4	6,2	6,6	—

Fonte. — Markttest — Bareme.

Quadro 4 — Audiência média trimestral por classes sociais — Público + diários e semanários (a)

	1995		
	1.º tri-mestre	2.º tri-mestre	3.º tri-mestre
Classe A:			
<i>Público</i>	28,0	19,6	32,2
<i>Correio da Manhã</i>	5,1	4,2	8,7
<i>Diário de Notícias</i>	9,8	11,5	12,3
<i>Jornal de Notícias</i>	5,0	8,9	3,9
<i>Expresso</i>	54,6	49,2	52,0
<i>Independente</i>	35,7	23,4	27,8
<i>Semanário</i>	8,9	5,0	4,2
Classe B:			
<i>Público</i>	13,8	11,2	18,3
<i>Correio da Manhã</i>	7,7	8,8	8,8
<i>Diário de Notícias</i>	7,0	6,1	4,5
<i>Jornal de Notícias</i>	7,5	8,8	9,2
<i>Expresso</i>	21,8	17,9	28,0
<i>Independente</i>	13,7	17,4	16,3
<i>Semanário</i>	2,0	1,2	1,9

Fonte. — Markttest/Bareme.

(a) A audiência média é calculada com base na leitura da última edição (audiência de véspera, no caso dos diários, última semana para semanários) e corresponde ao número ou percentagem de indivíduos que contactaram com essa mesma edição.

**Listagem dos membros dos accionistas da Público — Comunicação Social, S. A.,
em 31 de Dezembro de 1995, com participações superiores a 10%**

(Anexo a que se refere o artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais)

	Número de acções
Interlog — SGPS, S. A.	1 227 536
BPI — Participações, SGPS, S. A.	709 722
Editoriale la Repubblica, S.P.A.,	613 768
Prisa Promotora de Informaciones, S. A.	613 768

**Listagem dos membros dos accionistas da Público — Comunicação Social, S. A.,
que, em 31 de Dezembro de 1995, detêm participações no capital social**

(Anexo a que se refere o artigo 447.º, n.º 5, do Código das Sociedades Comerciais)

	Número de acções
Conselho geral:	
António Carlos Vaz Pinto de Sousa	100
André Roberto Delauney Gonçalves Pereira	250
Hernâni Olímpio Carqueja	1 209
Javier Díez de Polanco	100
Prisa — Promotora de Informaciones, S. A.	613 768
Editoriale La Repubblica, S.P.A.	613 768
Rui Manuel Campos Guimarães	321
Direcção:	
Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva	178
Jorge Salvador Sande e Castro Wemans (a)	2 778
Joaquim Manuel Martins Fidalgo (a)	2 778

(a) Cujas funções cessaram em 30 de Setembro de 1995.

A Direcção: *Luís Filipe de Medeiros Cravo Ribeiro*, presidente — *José Manuel Marquitos Abreu Ferreira*, vogal — *Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva*, vogal.

Balço em 31 de Dezembro de 1995

ACTIVO

(Em milhares de escudos)

	1995		1994	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	2 248 584	1 985 871	262 713	634 765
Despesas de investigação e desenvolvimento	21 676	18 954	2 722	6 336
Propriedade industrial e outros direitos	115	56	59	77
<i>Subtotal</i>	<u>2 270 375</u>	<u>2 004 881</u>	<u>265 494</u>	<u>641 178</u>
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento básico	724 101	634 801	89 300	167 139
Equipamento de transporte	35 808	22 226	13 582	22 714
Ferramentas e utensílios	6 430	2 467	3 963	4 079
Equipamento administrativo	214 221	86 606	127 615	133 303
Outras imobilizações corpóreas	2 859	558	2 301	2 072
Imobilizações em curso	21 684	—	21 684	3 227
<i>Subtotal</i>	<u>1 005 103</u>	<u>746 658</u>	<u>258 445</u>	<u>332 534</u>
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas associadas	801	—	801	—
Circulante:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	205 145	—	205 145	114 322
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
Clientes, c/c	1 412 981	59 976	1 353 005	1 648 277
Clientes de cobrança duvidosa	234 422	127 250	107 172	1 408
Empresas participadas e participantes	47 199	—	47 199	—
Estado e outros entes públicos	—	—	—	1 606
Outros devedores	194 105	—	194 105	141 980
<i>Subtotal</i>	<u>1 888 707</u>	<u>187 226</u>	<u>1 701 481</u>	<u>1 793 271</u>

(Em milhares de escudos)

	1995		1994	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	194 281		194 281	164 271
Caixa	5 997		5 997	4 783
<i>Subtotal</i>	<u>200 278</u>		<u>200 278</u>	<u>169 054</u>
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	37 594		37 594	11 505
Custos diferidos	83 294		83 294	55 072
<i>Subtotal</i>	<u>120 888</u>		<u>120 888</u>	<u>66 577</u>
<i>Total de amortizações</i>		<u>2 751 539</u>		
<i>Total de provisões</i>		<u>187 226</u>		
<i>Total do activo</i>	<u>5 691 297</u>	<u>2 938 765</u>	<u>2 752 532</u>	<u>3 116 936</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	1995	1994
Capital próprio:		
Capital	3 664 285	3 664 285
Prémios de emissão de acções	911 550	911 550
Reservas:		
Outras reservas	18 620	18 620
Resultados transitados	— 3 154 163	— 3 284 285
<i>Subtotal</i>	<u>1 440 292</u>	<u>1 310 170</u>
Resultado líquido do exercício	— 683 048	130 122
<i>Total do capital próprio</i>	<u>757 244</u>	<u>1 440 292</u>
Passivo:		
Provisões para riscos e encargos:		
Provisões para impostos	4 802	—
Outras provisões para riscos e encargos	290 215	19 268
<i>Subtotal</i>	<u>295 017</u>	<u>19 268</u>
Dívidas a terceiros — médio e longo prazos:		
Fornecedores de imobilizado, c/c	547	2 396
Dívidas a terceiros — curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	179 320	136 347
Fornecedores, c/c	682 168	729 996
Fornecedores com matérias em trânsito	—	30 813
Fornecedores — facturas com recepção e conferência	7 124	49 532
Fornecedores — títulos a pagar	—	—
Fornecedores de imobilizado, c/c	35 600	23 639
Estado e outros entes públicos	219 273	184 483
Outros credores	23 766	56 539
<i>Subtotal</i>	<u>1 147 251</u>	<u>1 211 349</u>
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	535 441	443 631
Proveitos diferidos	17 032	—
<i>Subtotal</i>	<u>552 473</u>	<u>443 631</u>
<i>Total do passivo</i>	<u>1 995 288</u>	<u>1 676 644</u>
<i>Total do capital próprio e passivo</i>	<u>2 752 532</u>	<u>3 116 936</u>

A Direcção: Luís Filipe de Medeiros Cravo Ribeiro, presidente — José Manuel Marquitos Abreu Ferreira, vogal — Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva, vogal. — O Director Administrativo e Financeiro, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados do exercício de 1995

CUSTOS E PERDAS

(Em milhares de escudos)

	1995		1994	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
Mercadorias	—		—	
Matérias	1 021 745	1 021 745	861 862	861 862
Fornecimentos e serviços externos		2 657 508		2 486 034
Custos com o pessoal:				
Remunerações	1 665 422		1 427 081	
Encargos sociais:				
Outros	386 383	2 051 805	340 449	1 767 530
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	487 008		525 005	
Provisões	97 731	584 739	8 727	533 732
Impostos	3 309		2 338	
Outros custos e perdas operacionais	84 571	87 880	84 055	86 393
..... (A)		6 403 677		5 735 551
Juros e custos similares:				
Outros		12 295		38 229
..... (C)		6 415 972		5 773 780
Custos e perdas extraordinários		323 414		106 164
..... (E)		6 739 386		5 879 945
Impostos sobre o rendimento do exercício		20 809		6 159
..... (G)		6 760 195		5 886 104
Resultado líquido do exercício		— 683 048		130 122
<i>Total</i>		6 077 147		6 016 226

PROVEITOS E GANHOS

	1995		1994	
Vendas:				
Mercadorias	—		—	
Produtos	2 276 438		2 230 469	
Prestação de serviços	3 703 948	5 980 386	3 596 692	5 827 161
Proveitos suplementares	29 826		16 605	
Subsídios à exploração	814		2 191	
Outros proveitos e ganhos operacionais	876	31 516	28 570	47 366
..... (B)		6 011 902		5 874 527
Rendimento de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras:				
Outros	4 216		9 657	
Outros juros e proveitos similares:				
Outros	9 014	13 230	9 220	18 877
..... (D)		6 025 132		5 893 404
Proveitos e ganhos extraordinários		52 015		122 822
..... (F)		6 077 147		6 016 226
Resumo:				
Resultados operacionais (B)—(A) =		— 391 775		138 976
Resultados financeiros (D)—(C) =		935		— 19 352
Resultados correntes (D)—(C) =		— 390 840		119 624
Resultados antes de impostos (F)—(E) =		— 662 239		136 281
Resultado líquido do exercício (F)—(G) =		— 683 048		130 122

A Direcção: Luís Filipe de Medeiros Cravo Ribeiro, presidente — José Manuel Marquitos Abreu Ferreira, vogal — Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva, vogal. — O Director Administrativo e Financeiro, (Assinatura ilegível.)

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados do exercício de 1995

(Valores em milhares de escudos)

0 — Relativamente aos pontos omissos na informação subsequente, nada há a declarar, estando os restantes organizados de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade.

2 — Para a análise comparativa com o último exercício, devem considerar-se as alterações no tratamento contabilístico dos custos e proveitos de exercícios anteriores, que não sejam materialmente relevantes, nos termos da directriz n.º 8 da Comissão de Normalização Contabilística.

Assim, os excessos e insuficiências de estimativas anuais e as correcções de erros ou omissões que não sejam materialmente relevantes, passaram a tratar-se como custos e proveitos correntes, abandonando-se a sua contabilização nas contas 697 e 797 — Correcções relativas a exercícios anteriores (POC).

3 — O critério de valorimetria adoptado relativamente ao consumo de papel, foi o do custo médio ponderado.

As existências e os bens imobilizados estão valorizados ao custo de aquisição. O método adoptado no cálculo das amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo foi o das quotas mínimas, anuais e constantes, previstas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro.

Relativamente aos bens em regime de locação financeira existentes em 31 de Dezembro de 1993, foi adoptado, excepcionalmente, o método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com o período de vida útil esperado.

O imobilizado incorpóreo da empresa é constituído pelos seguintes elementos: custos de arranque e desenvolvimento do projecto Público, despesas originadas pelos aumentos de capital entretanto ocorridos e despesas com estudos e projectos. A amortização é efectuada à taxa de 16,66%.

4 — As transacções em moeda estrangeira são relevadas ao câmbio do dia de cada operação. Os valores incluídos no balanço, originariamente expressos em moeda estrangeira, foram actualizados à taxa de câmbio em vigor à data de 31 de Dezembro de 1995.

7 — A empresa teve ao seu serviço, neste exercício, um número médio de 366 empregados.

8 — O aumento verificado no exercício na conta «431 — Despesas de instalação», no valor de 2787, refere-se à realização de um conjunto de sessões de reflexão estratégica no âmbito do exercício orçamental para o ano de 1996.

10 — Movimentos ocorridos nas rubricas do activo de imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações:

Activo bruto:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transfe-rências	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	—	—	—	—	—
Estudos e projectos	2 176 306	2 787	—	—	2 179 093
Aumento de capital	69 491	—	—	—	69 491
Despesas de investigação e desenvolvimento	21 676	—	—	—	21 676
Propriedade industrial e outros direitos	115	—	—	—	115
<i>Total</i>	<u>2 267 588</u>	<u>2 787</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>2 270 375</u>
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento básico	725 683	18 762	20 344	—	724 101
Equipamento de transporte	42 693	368	7 253	—	35 808
Ferramentas e utensílios	5 921	509	—	—	6 430
Equipamento administrativo	198 336	14 699	94	1 280	214 221
Outras imobilizações corpóreas	2 516	343	—	—	2 859
Imobilizações em curso	3 227	19 737	—	1 280	21 684
<i>Total</i>	<u>978 376</u>	<u>54 418</u>	<u>27 691</u>	<u>—</u>	<u>1 005 103</u>
Investimentos financeiros	—	—	—	—	—
Partes de capital em empresas associadas	—	801	—	—	801
<i>Total</i>	<u>—</u>	<u>801</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>801</u>

Amortizações:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regulari-zações	Transfe-rências	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	—	—	—	—	—
Estudos e projectos	1 571 091	363 255	—	—	1 934 346
Aumento de capital	39 941	11 584	—	—	51 525
Despesas de investigação e desenvolvimento	15 340	3 614	—	—	18 954
Propriedade industrial e outros direitos	37	19	—	—	56
<i>Total</i>	<u>1 626 409</u>	<u>378 472</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>2 004 881</u>
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento básico	558 544	78 672	2 415	—	634 801
Equipamento de transporte	19 979	7 540	5 293	—	22 226
Ferramentas e utensílios	1 842	625	—	—	2 467
Equipamento administrativo	65 033	21 585	12	—	86 606
Outras imobilizações corpóreas	444	114	—	—	558
<i>Total</i>	<u>645 842</u>	<u>108 536</u>	<u>7 720</u>	<u>—</u>	<u>746 658</u>

14 — Todo o imobilizado corpóreo da empresa se encontra implantado em instalações arrendadas.

15 — Bens utilizados em regime de locação financeira:

	Valor de aquisição	Amortizações acumuladas	Valor líquido contabil.
423 — Equipamento básico	577 555	572 544	5 011
424 — Equipamento de transporte	24 797	16 288	8 509
426 — Equipamento administrativo	17 201	11 304	5 897
<i>Total</i>	619 553	600 136	19 417

16 — As contas da empresa são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonae Investimentos — SGPS, S. A., com sede social no lugar do Espido, Maia.

A empresa detém uma participação de 48,81% no capital da sua associada Unipress — Centro Gráfico, L.^{da}, no valor de 801.

Esta sociedade foi constituída em 31 de Maio de 1995, com sede na Travessa da Queimada, 23, rés-do-chão, Lisboa, com o capital social de 1640 e tem como objecto o comércio e indústria de artes gráficas.

Está em preparação um aumento de capital desta associada para 200 000.

Após esta operação a empresa ficará com uma participação de 80 000, tendo já sido adiantado o montante de 47 199.

22 — Valores globais das existências que se encontram fora da empresa:

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:

Papel de jornal em trânsito — 24 567.

23 — Dívidas de cobrança duvidosa e as respectivas provisões, incluídas em cada uma das rubricas de terceiros constantes do balanço:

Rubrica	Valor da dívida	Valor da provisão
Clientes de cobrança duvidosa	234 422	127 250
Clientes, c/c	59 976	59 976

25 — Valor global das dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal da empresa:

Dívidas activas (conta «262 — Pessoal») — 13 561;
Dívidas passivas (conta «262 — Pessoal») — 6331.

31 — O valor das rendas vincendas em 31 de Dezembro de 1995 dos contratos de aluguer de longa duração (ALD) é de 40 926.

32 — Responsabilidades da empresa por garantias prestadas:

Beneficiário	Data	Valor	Natureza
Naveprinter — Indústria Gráfica Norte, S. A.	30-11-1992	30 000	Contrato de prest. de serviços.
Governo Civil de Lisboa	1-8-1995	8 500	Concurso publicitário.
Tribunal de Trabalho — 5.º Juízo, 1.ª Secção	13-9-1995	54 433	Processo judicial.
Tribunal Judicial de Lisboa — 12.º Juízo, 2.ª Secção	23-11-1995	26 314	Processo judicial.

34 — Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
28 — Provisões para cobranças duvidosas	131 486	92 929	37 189	187 226
29 — Provisões para riscos e encargos	19 268	277 713	1 964	295 017
<i>Total</i>	150 754	370 642	39 153	482 243

36 — O capital da empresa está dividido em 3 664 285 acções nominativas e ordinárias com um valor nominal de 1000\$ cada.

37 — As principais participações no capital da empresa são detidas pelos seguintes accionistas (em percentagem):

Interlog — SGPS, S. A.	33,50
BPI — Participações, SGPS	19,37
Promotora de Informaciones, S. A.	16,75
Editoriale La Repubblica	16,75

40 — Movimentos ocorridos no exercício nas seguintes rubricas de capitais próprios, constantes do balanço:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
51 — Capital	3 664 285	—	—	3 664 285
54 — Prémios de emissão de acções	911 550	—	—	911 550
57 — Reservas	18 620	—	—	18 620
59 — Resultados transitados	— 3 284 285	130 122	—	— 3 154 163

41 — Demonstração do custo das matérias consumidas:

Existências iniciais	114 322
Compras	1 112 475
Regularizações de existências	93
Existências finais	205 145
Custos no exercício	1 021 745

43 — As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais foram:

Direcção	53 973
Boto, Amorim & Associados — SROC	1 950

44 — Vendas e prestações de serviços totalmente efectuadas no mercado interno:

Vendas de jornal	2 276 438
Prestações de serviços (publicidade e outros)	3 703 948

45 — Demonstração dos resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS

	1995	1994
681 — Juros suportados	2 676	23 325
685 — Diferenças de câmbio desfavoráveis	781	1 948
686 — Descontos de pronto pagamento concedidos	4 532	7 792
688 — Outros custos e perdas financeiros	4 306	5 164
Resultados financeiros	935	19 352
<i>Total</i>	13 230	18 877

PROVEITOS E GANHOS

	1995	1994
781 — Juros obtidos	9 352	17 951
785 — Diferenças de câmbio favoráveis	1 115	826
786 — Descontos de pronto pagamento obtidos	2 508	23
788 — Outros proveitos e ganhos financeiros	255	77
<i>Total</i>	13 230	18 877

46 — Demonstração dos resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

	1995	1994
691 — Donativos	375	25
692 — Dívidas incobráveis	38 645	—
694 — Perdas em imobilizações	475	—
695 — Multas e penalidades	5 210	84
696 — Aumento de amortizações e provisões	272 911	—
697 — Correções relativas exercidos anteriores	1 965	106 015
698 — Outros custos e perdas extraordinários	3 833	40
Resultados extraordinários	— 271 399	16 658
<i>Total</i>	52 015	122 822

PROVEITOS E GANHOS

	1995	1994
791 — Restituição de impostos	104	—
793 — Ganhos em existências	1 164	—
794 — Ganhos em imobilizações	1 388	4 609
795 — Benefícios de penalidades contratuais	—	—
796 — Redução de amortizações e provisões	39 153	10 732
797 — Correções relativas exercidos anteriores	4 287	75 256
798 — Outros proveitos e ganhos extraordinários	5 919	32 225
<i>Total</i>	52 015	122 822

48 — A rubrica do balanço — outros devedores — inclui os adiantamentos efectuados à Fozimo — Sociedade Imobiliária, S. A., no montante de 80 650, por conta das rendas vincendas das novas instalações do Público no Porto, bem como o saldo devedor de 37 323 da conta STAR — Viagens e Turismo, S. A., referente à cedência do direito de utilização do acordo de permuta existente com a TAP.

Foi conhecido o teor da sentença relativa ao processo movido pela Lisgráfica — Impressão e Artes Gráficas, S. A. Não obstante tenha sido interposto recurso, foi constituída uma provisão para processos

judiciais no valor de 272 911 de acordo com o conteúdo da referida sentença.

Esta provisão encontra-se registada na rubrica do balanço — outras provisões para riscos e encargos.

Porto, 25 de Janeiro de 1996. — A Direcção: *Luís Filipe de Medeiros Cravo Ribeiro*, presidente — *José Manuel Marquitos Abreu Ferreira*, vogal — *Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva*, vogal. — O Director Administrativo e Financeiro, (*Assinatura ilegível.*)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras da Público — Comunicação Social, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 1995, a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, documentos que evidenciam um total de balanço de 2 752 532 contos e um total de capital próprio de 757 244 contos, incluindo um resultado líquido negativo de 683 048 contos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade da direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame inclui:

i) A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela direcção, utilizados na preparação das demonstrações financeiras;

ii) A apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; e

iii) A apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

6 — *Opinião.* — Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Público — Comunicação Social, S. A., em 31 de Dezembro de 1995, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

7 — *Ênfases.* — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:

As contas foram preparadas com base no princípio da continuidade de operações, o que pressupõe a rentabilidade futura decorrente da exploração da actividade, conforme explicitado no relatório da direcção;

Conforme referido no relatório da direcção a sociedade encontra-se envolvida em diversos processos fiscais e judiciais. Não existe informação que permita avaliar os riscos associados aos processos referidos e consequentemente o seu possível efeito nas demonstrações financeiras do presente exercício.

Porto, 1 de Fevereiro de 1996. — Boto, Amorim & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José Luis dos Santos Lima Amorim*, revisor oficial de contas.

Acta n.º 13 da assembleia geral ordinária

Aos 25 dias de Março de 1996, pelas 10 horas e 30 minutos, reuniu nas instalações da sociedade sitas à Rua João de Barros, 265, no Porto, a assembleia geral ordinária da Público — Comunicação Social, S. A. Na ausência da presidente da mesa da assembleia geral, Dr.ª Luzia Gomes Ferreira, assumiu a presidência da mesa a vice-presidente,

Dr.ª Anabela Nogueira de Matos, tendo como secretário o Dr. Francisco Manuel Rubio Pepino.

Encontravam-se presentes, por si ou por representante, os accionistas que assinaram a lista de presenças elaborada em conformidade com o disposto no artigo 382.º do Código das Sociedades Comerciais, que eram possuidores de mais de 50% do capital da sociedade. Além dos referidos accionistas encontrava-se presente o presidente do conselho geral, Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa, o presidente da direcção, Dr. Luís Filipe Medeiros Cravo Ribeiro, bem como o director eng. José Manuel Marquitos de Abreu Ferreira, e o revisor oficial de contas efectivo, Dr. José Luís dos Santos Amorim, tendo os restantes membros do conselho geral, bem como da direcção, justificado a sua falta por impedimento profissional.

A assembleia foi convocada nos termos legais, encontrando-se cumpridas, em consequência, as disposições pertinentes em matéria de publicitação.

A referida convocatória conjuntamente com a lista de presenças, cartas de comunicação de presença na assembleia, cartas de representação, propostas apresentadas, por escrito no prazo legal, no caso das apresentadas pela direcção, e na assembleia nos restantes casos, depois de rubricadas pelo presidente da mesa da assembleia ficam arquivadas no expediente desta assembleia.

Ficam também a constar do referido expediente o relatório de gestão e os demais documentos de prestação de contas da direcção, assim como o relatório do conselho geral e certificação legal das contas.

A presidente da mesa após conferir todo o expediente da assembleia, declarou encontrar-se a assembleia regularmente convocada e constituída para deliberar sobre os assuntos que integram a ordem do dia e, consequentemente, declarou aberta a sessão.

De imediato deu por aberto o ponto 1 da ordem de trabalhos relativo à apresentação do relatório do conselho geral, tendo sido posto à disposição dos accionistas o referido relatório de actividade.

Como nenhum accionista quisesse usar da palavra e após a leitura do relatório do conselho geral, a presidente da mesa da assembleia geral deu por encerrado o ponto um, passando de seguida ao ponto 2 da ordem de trabalhos, e leu a seguinte proposta apresentada pela direcção:

Conforme consta do relatório e contas, os resultados líquidos do exercício foram negativos no montante de 683 047 780\$50.

Nos termos legais e estatutários, a direcção propõe que os resultados apurados passem para resultados transitados.

Admitida a proposta, como nenhum accionista quisesse usar da palavra, foi a proposta posta em votação e aprovada por unanimidade.

Proclamado o resultado da votação, como nenhum outro assunto houvesse a tratar foi encerrada a sessão, dela se lavrando a presente acta que, depois de lida, vai ser assinada pelos membros da mesa em sinal de conformidade.

(Sem assinaturas.)

3000217841

PORTO — 3.ª SECÇÃO

EFACEC — EMPRESA FABRIL DE MÁQUINAS ELÉCTRICAS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto (3.ª Secção). Matrícula n.º 13 298/511130; identificação de pessoa colectiva n.º 500091480; inscrição n.º 24; número e data da apresentação: 4/15 de Maio de 1996.

Ana Mafalda Magalhães Basto, primeira-ajudante da Conservatória do Registo Comercial do Porto (3.ª Secção):

Certifica, que as cópias em anexo são a reprodução integral dos documentos arquivados na pasta respectiva, referentes à prestação de contas da sociedade em epígrafe, do ano de 1995.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto (3.ª Secção), 23 de Maio de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Ana Mafalda Magalhães Basto*.